



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 08/2019	
LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME's/EPP's – LEI DISTRITAL Nº 4.611/2011	
Regido pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, bem como pelas Leis Distritais nºs 4.611/2011 e 4.770/2012, pelos Decretos Distritais nºs 23.460/2002, 25.966/2005, 32.598/2010, 35.592/2014 e 39.103/2018, pelo Decretos Federais nºs: 5.450/2005, no que couber, 7.174/2010 e 7.892/2013, e pelas demais legislações aplicáveis.	
OBJETO:	Registro de Preços com pretensão de aquisição de 32 (Trinta e dois) nobreaks de 2,2 kVA, com garantia do fabricante, a serem instalados nos racks da Sede e NAJ's da Defensoria Pública do Distrito Federal-DPDF, para evitar o desligamento abrupto de dispositivos de rede, sensíveis a variação repentina de energia elétrica, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME:	
DATA: 06/08/2019	HORÁRIO DE BRASÍLIA: 14h30min
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	www.comprasnet.gov.br
PROCESSO:	00401-00005902/2019-47
ESTIMATIVA:	R\$ 68.060,48
FORMA:	PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
TIPO:	MENOR PREÇO
UASG:	926314
PREGOEIRO: Cynthia Maria S. D. de Oliveira	ENDEREÇO: SIA Trecho 17 Rua 7 Lote 45, CEP 71200-219, Brasília/DF.
EQUIPE DE APOIO: Raquel Fonte Boa Carvalho Sidney Ferreira de Sousa	CNPJ: 12.219.624/0001-83 TELEFONE: (61) 2196-4387 EMAIL: licitacaosuag@defensoria.df.gov.br

OBSERVAÇÃO: O Edital ficará disponível nos sítios www.comprasnet.gov.br ou <http://www.defensoria.df.gov.br/>. Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no sítio www.comprasnet.gov.br, não ensejando, portanto, qualquer responsabilização a DPDF por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido sítio.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 08/2019

(Processo Administrativo nº 00401-00005902/2019-47)

Torna-se público que a **Defensoria Pública do Distrito Federal**, pessoa jurídica de direito público inscrita sob o CNPJ nº 12.219.624/0001-83, por meio de sua Pregoeira Cinthia Maria Santos Domingues de Oliveira e Equipe de Apoio, designados por Portaria nº 41 de 04 de fevereiro de 2019, publicada no DODF nº 28 de 08 de fevereiro de 2019, sediada no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, no Trecho nº 17, Rua 07, Lote 45, Brasília-DF, CEP: 71.200-219, realizará licitação, *para registro de preços*, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por **preço unitário**, nos termos da Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, bem como pelas Leis Distritais nºs 4.611/2011 e 4.770/2012, pelos Decretos Distritais nºs: 23.460/2002, 25.966/2005, 35.592/2014 e 39.103/2018, pelo Decretos Federais nºs: 5.450/2005, no que couber, 7.174/2010 e 7.892/2013, e pelas demais legislações aplicáveis, bem como as demais normas pertinentes aplicáveis ao objeto, observadas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus anexos.

Data da sessão: 06/08/2019

Horário: 14:30h (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços com pretensão de aquisição de 32 (Trinta e dois) nobreaks de 2,2 kVA, com garantia do fabricante, a serem instalados nos racks da Sede e NAJ's da Defensoria Pública do Distrito Federal-DPDF, para evitar o desligamento abrupto de dispositivos de rede, sensíveis a variação repentina de energia elétrica, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e anexos, e neste Edital e seus anexos.

1.2. A descrição detalhada dos serviços a serem prestados, estão devidamente previstos, dentre outros, no Item 6, do Termo de Referência - Anexo I.

1.3. *O critério de julgamento adotado será o menor valor (preço) por item, conforme item 10.1 do Anexo I - Termo de Referência, observadas as exigências contidas neste Edital e seus demais Anexos quanto às especificações do objeto.*

1.4. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema *ComprasNet* e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 68.060,48** (sessenta e oito mil sessenta reais e quarenta e oito centavos), que será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do CONTRATANTE, com o seguinte enquadramento:

Programa de Trabalho		Natureza da Despesa	FT
Código Subatividade	Descrição		
03.122.6211.3030.9630	MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DA DPDF	44.90.52.37	100

2.2. A estimativa de custos para a contratação foi realizada, pelo setor competente, de acordo com o Decreto Distrital nº 39.453/18, regulamenta a Lei distrital nº 5.525, de 26 de agosto de 2015, que estabelece que, em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

3.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

3.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

3.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço de e-mail licitacaosuag@defensoria.df.gov.br

3.5. A apresentação de esclarecimentos, questionamentos e impugnação contra o presente Edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 18 do Decreto Federal nº 5.450/2005, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 25.966/2005, mediante petição a ser enviada exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço de e-mail licitacaosuag@defensoria.df.gov.br

3.6. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará a plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

3.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.comprasnet.gov.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

3.8. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

3.9. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

3.9.1. O não atendimento ao disposto neste item terá como consequência o recebimento da impugnação como pedido de esclarecimento.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que tenham representante comercial no Distrito Federal com poderes legais, com procuração do licitante delegando poderes ao representante legal, caso a

empresa não seja domiciliada no Distrito Federal e que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital:

4.1.1. Que estejam com cadastramento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto Federal nº 3.722/2001 e art. 4º do Decreto Distrital nº 23.546/2003; ou

4.1.2. Que não estejam cadastradas no SICAF ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, desde que atendidas as exigências do item 14, deste Edital.

4.1.3. Considerando o Art. 97 da Lei nº 8.666/93, será realizada prévia pesquisa junto aos Portais na Internet de Governos (STC/GDF e CEIS/CGU) e no CNJ (condenações cíveis por atos de Improbidade Administrativa) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

4.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretroatável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.3. A presente licitação é aplicável o disposto no art. 3º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, quanto ao tratamento diferenciado e favorecido, as assim consideradas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em conformidade com o que preceitua o art. 2º da Lei Distrital nº 4.611/2011, não havendo, portanto, possibilidade de ocorrer o empate ficto previsto na Lei Complementar no 123/2006.

4.3.1. Não poderá se beneficiar do tratamento favorecido e diferenciado previsto na Lei Distrital nº 4.611/2011, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedores individuais:

I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II - que seja filial, sucursal, agência ou representante no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento favorecido e diferenciado nos termos desta Lei, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II, do art. 2º da Lei Distrital nº 4.611/2011;

IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II, do art. 2º da Lei Distrital nº 4.611/2011;

V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II, do art. 2º da Lei Distrital nº 4.611/2011;

VI - constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;

VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X - constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.4. Não poderão participar desta licitação, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

4.4.1. As empresas que:

I - não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

II - estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

III - estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou suspensas pelo TCDF, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/1993; e

IV - estejam impedidas de licitar e contratar com o Distrito Federal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

V - entidades empresariais proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos com Defensoria Pública do Distrito Federal, na forma da legislação vigente e entidades empresariais integrantes do CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas criado pelo Art. 22 da Lei nº 12.846/2013;

VI - entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

VII - quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

VIII - entidades empresariais que estejam sob falência, concurso de credores, insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

IX - as entidades empresariais que estejam sob recuperação judicial ou extrajudicial ou concordata, poderão participar da licitação desde que apresentem as certidões comprobatórias de regularidade fiscal (certidões negativas ou positivas com efeito de negativas), inclusive a certidão positiva de falência ou concordata indicando o estágio atual do processo.

X - entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

XI - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

XII - é vedada a pessoa jurídica, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: (Decreto Distrital nº 32.751/2011, Art. 8º):

- a) contrato de serviço terceirizado;
- b) contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens;
- c) convênios e os instrumentos equivalentes.

XIII - empresas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

XIV - as pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o (s) mesmo (s) item(s).

4.4.2. As pessoas físicas e/ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993 ou naquelas previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

4.4.3. Finalmente, não poderão participar desta licitação, as empresas que não estejam enquadradas na condição de entidades preferenciais, assim consideradas as microempresas,

empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, em conformidade com o que preceitua o art. 2º da Lei Distrital nº 4.611/2011.

4.4.3.1. Enquadram-se, também, como entidades preferenciais, e, portanto, não incluídas no impedimento a que se refere o item 4.4.3, o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município, que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como as sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite supracitado, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

5. DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então será encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário, marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.4. Todos os campos do formulário disponibilizado devem ser preenchidos e o licitante deverá consignar, na forma expressa do sistema eletrônico, o VALOR UNITÁRIO OFERTADO DO ITEM E O VALOR TOTAL DE CADA ITEM, considerando e incluindo todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, na forma do previsto no Termo de Referência.

5.4.1. Os preços unitários e totais da proposta a ser encaminhada por meio do sistema *ComprasNet* não poderão exceder a 02 (duas) casas decimais. Havendo necessidade de arredondamento, este deverá dar-se para menor

5.5. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa Lei.

5.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.8. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.9. Os licitantes deverão inserir proposta no sistema eletrônico, em língua portuguesa, com valor unitário e total em moeda nacional do Brasil para cada item cotado, informando para cada item as respectivas características e especificações, conforme o disposto no Termo de Referência;

5.9.1. As propostas que forem preenchidas de forma diversa ao solicitado no item anterior, serão desclassificadas.

5.9.2. Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.

5.9.3. O preço será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto no item 20 desde Edital.

5.10. Nos termos do art. 7º, § 2º do Decreto Distrital nº 25.966/2005 a (s) empresa (s) vencedora(s) deverá (ão) protocolar sua (s) proposta (s), em língua portuguesa, juntamente com a (s)

documentação (ções) de habilitação, em envelope fechado e identificado o pregão, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no sistema, no Protocolo da DPDF, no endereço Setor de Indústria e Abastecimento, no Trecho nº 17, Rua 07, Lote 45, Brasília-DF, no setor de Protocolo situado no térreo, sala 07 do Edifício Sede da DPDF, devendo a (s) proposta (s) conter (em):

- a) nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;
- b) preço unitário e total de cada item cotado, devendo estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, encargos sociais, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação;
- c) os valores constantes da proposta de preços deverão conter apenas duas casas decimais. Caso seja necessário o arredondamento, deverá ser considerado o menor valor.
- d) conter a indicação de todas as características dos serviços cotados, com especificações claras e detalhadas de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Anexo I deste Edital;
- e) prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega;
- f) os prazos de prestação dos serviços e locais deverão obedecer ao estabelecido – Termo de Referência – Anexo I deste Edital;
- g) caso o prazo de que trata o item 5.10, letra “e”, não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

5.11. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações dos serviços ofertados ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

5.12. Para efeito de aceitabilidade da proposta, não serão admitidos valores superiores aos preços oficiais ou estimados pela DPDF. O desrespeito a essa regra levará os itens a serem considerados fracassados, caso não se obtenha êxito com a negociação a ser solicitada, seguindo a ordem de classificação.

5.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

5.14. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.15. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata a Lei nº 9.876/1999, também referido no art. 72, inciso IV da Instrução Normativa RFB nº 971/2009.

5.16. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.17. Por se tratar de fornecimento sob demanda, a DPDF não ficará obrigada a adquirir à totalidade dos produtos objetos desta Licitação, devendo ser observado em todo o caso as quantidades indicadas no Anexo I, de forma a promover o fornecimento de acordo com suas necessidades, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações.

5.18. O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que a sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.19. O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

5.20. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.21. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e a existência de qualquer elemento que possa identificar o licitante importará a sua desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.22. As propostas deverão ter validade **mínima de 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, sendo que os licitantes ficam liberados dos compromissos caso não sejam convocados para contratação dentro do prazo de validade das propostas.

5.23. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital.

5.24. Nos termos do § 7º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993, o quantitativo mínimo por item dos produtos a serem cotados será o constante do Anexo II deste Edital.

5.25. Nos termos dos arts. 43, IV, 44, §§ 2º e 3º, e 48, I e II, da Lei nº 8.666/1993, **serão desclassificadas as propostas que:**

5.25.1. Não atenderem às exigências contidas neste ato convocatório;

5.25.2. Apresentarem valor global superior ao orçamento estimado para cada item (Anexo II) ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

6.1. A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

7.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do

valor consignados no registro de cada lance.

8.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

8.4. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

8.6. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 01 (um) a 60 (sessenta) minutos, o prazo para início do tempo de iminência.

8.7. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

8.8. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.9. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8.10. Encerrada a fase de lances sem que tenha havido disputa, ocorrendo empate entre 02 (dois) ou mais licitantes, mesmo após a aplicação do disposto nos capítulos 9 e 10 deste Edital, como critério de desempate, será assegurada preferência, conforme previsto no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, sucessivamente, aos bens/serviços:

I - produzidos no País;

II - produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

III - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e

IV - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.10.1. Permanecendo o empate, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

8.10.2. Em caso de desempate realizado por meio do critério constante do inciso IV, o licitante vencedor deverá manter as condições que lhe deram preferência durante o período de vigência contratual, em conformidade com o art. 66-A da Lei nº 8.666/1993.

9. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA

9.1. A presente licitação é destinada à participação exclusiva das entidades preferenciais, assim consideradas as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, em conformidade com o que preceitua o art. 2º da Lei Distrital nº 4.611/2011, bem como as entidades mencionadas no item 4.4.3.1, não havendo, portanto, possibilidade de ocorrer o empate ficto previsto na lei complementar mencionada.

10. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

10.1. Neste certame não se aplica o direito de preferência previsto na Lei do Distrito Federal n.º 4611/2011 e no seu regulamento, o Decreto do Distrito Federal n.º 35.592/2014

11. DA COTA RESERVADA

11.1. Por tratar-se de licitação com participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como das entidades mencionadas no item 4.4.3.1, não é aplicável a cota reservada para as entidades preferenciais prevista no art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. O Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado a proposta mais vantajosa, para que seja obtida melhor oferta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não sendo admitida negociação de condições diferentes daquelas previstas no Edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) minutos, contado da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema *ComprasNet*, a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo III (Modelo da Proposta de Preços), juntamente com a documentação complementar relativa à habilitação (item 14), observando-se, ainda, o disposto no item 5.4.1 deste Instrumento.

13.2. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema *ComprasNet* poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, a Diretoria de Licitação da Defensoria Pública do Distrito Federal, localizado no 2º Andar da Sede da DPDF.

13.3. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

13.4. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme as disposições do Edital.

13.5. Para efeito do julgamento da habilitação e da proposta, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas relativas aos documentos, desde que não alterem suas substâncias e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.6. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus anexos.

13.7. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

14.2. O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que as supram.

14.3. O licitante deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

I - Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14, inc. V, do Decreto Federal nº 5.450/2005 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

III - Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

IV - Registro comercial, no caso de empresário individual;

V - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

VI - Atestado(s) de capacidade técnica ou certidão(ões) que comprove(m) que o licitante forneceu para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, equipamentos multifuncionais e prestou serviço de garantia em conformidade com o objeto licitado. O(s) aludido(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) conter as especificações técnicas dos produtos e os quantitativos executados, bem como que o(s) fornecimento(s) compreenderam a prestação de garantia on site prevista, para um período mínimo de 18 (dezoito) meses, de forma satisfatória, de modo a comprovar a capacidade técnica do licitante para a execução do objeto deste certame;

VII - Declaração, nos termos do art. 30, II e § 6º da Lei nº 8.666/1993, de que:

a) os equipamentos propostos são novos e possuirão suporte técnico credenciado pelo fabricante, que fará o atendimento nas dependências do CONTRATANTE, informando o nome, endereço e telefone da(s) empresa(s) autorizada(s) que prestará(ão) serviços gratuitos de manutenção, durante o período de garantia;

b) apresentará, previamente à assinatura do contrato, a relação de empresa(s) de suporte técnico autorizado que prestará(ão) serviços gratuitos de manutenção, durante o período de garantia, contendo, no mínimo, o nome, endereço e telefone dessa(s) empresa(s); e

c) se responsabilizará pelos atos que serão praticados pela(s) empresa(s) de serviço técnico autorizado indicada(s).

14.3.1. A não apresentação dos documentos constantes dos incisos I e II não implicará a inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta do documento via Internet.

14.4. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

14.5. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos: cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do CONTRATANTE e local em que foram realizados os serviços / fornecimentos.

14.6. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos na data de abertura da licitação, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços conforme item 13.1, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema ComprasNet, em prazo idêntico ao estipulado no mencionado item. 1

14.7. Em caráter de diligência, o Pregoeiro poderá solicitar, a qualquer momento, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema ComprasNet, nos termos do item 13.2 deste Edital, bem como correções ou omissões na proposta e

documentação remetidas.

14.8. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

14.9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

14.10. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

14.11. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.12. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, observada a declaração de que trata o item 5.5 deste Edital.

14.12.1. Aplica-se o disposto no Item 14.12 aos beneficiários de que trata o Item 9.1, observada a declaração de que trata o Item 5.5 deste Edital.

14.13. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.14. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda a este Edital.

14.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante com proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM** será declarado vencedor.

15. DO RECEBIMENTO DOS BENS

15.1. O recebimento dos equipamentos NOBREAK obedecerá às etapas e eventos descritos no item 4 do Anexo I - Termo de Referência.

16. DO RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor, a Pregoeira abrirá prazo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, devendo registrar sua intenção em campo próprio disponibilizado no sistema no ícone "Recurso", devendo o interessado, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, apresentar as razões do recurso, somente via sistema Comprasnet.

16.1.1. A apresentação de contrarrazões dos demais licitantes ocorrerá no prazo sucessivo de até 03 (três) dias úteis após o prazo do recorrente. Também somente via sistema Comprasnet.

16.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

16.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a

decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pela Pregoeira ao licitante vencedor.

16.3.1. Caso a empresa não registre em campo próprio do sistema a fundamentação do recurso no prazo previsto no item 16.1, importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pela Pregoeira ao licitante vencedor.

16.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16.6. Da Reabertura da Sessão Pública

16.6.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.6.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.6.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.6.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.6.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.6.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não tenha havido recurso.

17.2. A homologação da licitação é de responsabilidade exclusiva da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. *Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.*

18.2. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.*

18.3. *O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.*

18.3.1. *Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Anexo I - Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.*

18.3.2. *Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;*

19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

20.1. Após a homologação da licitação, será emitido o Termo de Contrato, e o mesmo será encaminhado ao fornecedor.

20.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para assinar o Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico, para que seja confirmado o seu recebimento no prazo de até 05 (cinco) dias.

20.3. Previamente à contratação a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

20.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital e seus Anexos.

20.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

20.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação e regularidade fiscal, ou quando, injustificadamente, recusar-se ao aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada à ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

20.6. O contrato ou instrumento equivalente objeto da presente licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

21. DO PREÇO

21.1. O preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, nos termos do Art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.

21.1.1. A possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeira devidamente justificada e comprovada documentalmente, conforme disposto no Art. 65 da Lei de Licitações.

21.1.2. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, havendo alteração de enquadramento no regime da CONTRATADA, este fato por si só e isoladamente não implicará direito a reequilíbrio do contrato.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência, no Edital de Licitação e no Contrato Administrativo ou instrumento equivalente.

22.2. **obrigações da contratada**

22.2.1. Executar fielmente o contrato a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes.

22.2.2. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da DPDF prestando todos os esclarecimentos solicitados, de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas.

22.2.3. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização do contrato a ser firmado, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos.

22.2.4. Relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.

22.2.5. Responder por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria.

22.2.6. Responder por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências da DPDF.

22.2.7. Atender à vedação de contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da DPDF.

22.2.8. Comunicar ao executor do contrato da DPDF, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada na prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação da DPDF.

22.2.9. Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com as exigências deste instrumento todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo, durante a vigência contratual.

22.2.10. Zelar pela perfeita execução dos serviços, sanando as falhas eventuais, imediatamente após sua verificação.

22.2.11. Manter, por si, por seus empregados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos.

22.2.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato a ser firmado.

22.2.13. Realizar todas as transações comerciais necessárias ao fornecimento contratado exclusivamente em seu próprio nome.

22.2.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da CF/88.

22.3. **obrigações do contratante**

22.3.1. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços licitados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências convencionadas no contrato a ser firmado.

22.3.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços, que venham a ser solicitado pelo preposto da empresa.

- 22.3.3. Proporcionar todas as facilidades para que a licitante vencedora possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas do contrato a ser firmado.
- 22.3.4. Permitir o acesso dos empregados da empresa às dependências das unidades da DPDF para entrega dos bens/materiais referentes ao objeto do contrato, desde que estejam identificados com o crachá da empresa.
- 22.3.5. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto desta licitação, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviços que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste instrumento.
- 22.3.6. Rejeitar o fornecimento em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada, exigindo sua correção, sob pena de suspensão do contrato a ser firmado, ressalvado os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito.
- 22.3.7. Solicitar, em tempo hábil, a substituição dos equipamentos que não tenham sido considerados adequados.
- 22.3.8. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e acompanhar o andamento do fornecimento da empresa Contratada.
- 22.3.9. Não permitir que outrem forneça o objeto do presente termo, que se obrigou à contratada;
- 22.3.10. A DPDF designará representante (s) da Administração para fazer a fiscalização e o acompanhamento dos serviços contratados, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização dos problemas observado.
- 22.3.11. Comunicar oficialmente à licitante vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento e quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

23. DO PAGAMENTO

- 23.1. O pagamento relativo ao objeto desta licitação, conforme item 4.8 do Anexo I - Termo de Referência e este instrumento convocatório, será realizado por meio de Ordem Bancária, ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, segundo o valor constante da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, e será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação do referido documento, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 23.2. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto Distrital nº 32.767/2011.
- 23.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.
- 23.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.
- 23.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o

prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

23.6. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

23.6.1. Não sendo regularizada a situação da CONTRATADA no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível à realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

23.7. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

23.7.1. Não produziu os resultados acordados;

23.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

23.7.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

23.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

23.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

23.10.1. O prazo de que trata o item **23.10** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

23.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

23.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

23.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

23.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

23.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.

23.15.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as

atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

23.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Apresentar documentação falsa;

24.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.5. Não manter a proposta;

24.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

24.1.7. Cometer fraude fiscal.

24.2. Das Espécies

24.2.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851/2006, e suas alterações, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/02;

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida:

a) para o licitante e/ou CONTRATADA que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e o Licitante

e/ou CONTRATADA será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e nas demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

24.2.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

24.3. **Da Advertência**

24.3.1. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou CONTRATADA descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Pregoeira, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo Ordenador de Despesas da DPDF se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

24.4. **Da Multa**

24.4.1. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à CONTRATADA, pelo Ordenador de Despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais em atraso, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais valor adimplente em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual;

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II.

24.4.2. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à CONTRATADA o contraditório, o devido processo legal e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

24.4.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da parcela devida, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

24.4.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

24.4.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
- II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

24.4.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **24.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

24.4.7. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem **24.4.1**.

24.4.8. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **24.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

24.5. **Da Suspensão**

24.5.1. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral do licitante e/ou CONTRATADA no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto Distrital nº 25.966/2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

- I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Pregoeira, o licitante e/ou CONTRATADA permanecer inadimplente;
- II - por até 90 (noventa) dias, quando o licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no Edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- III - por até 12 (doze) meses, quando o licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e
- IV - por até 5 (cinco) anos, quando o licitante:
 - a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
 - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
 - c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

24.5.2. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- I - a Pregoeira, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e
- II - o Ordenador de Despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

24.5.3. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

24.5.4. O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

24.6. **Da Declaração de Inidoneidade**

24.6.1. A declaração de inidoneidade será emitida pelo Ordenador de Despesa da DPDF, à vista dos motivos informados na instrução processual.

24.6.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item 24.6 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

24.6.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos / entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o Art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

24.6.4. Considera-se comportamento inidôneo punível, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.7. **Das Demais Penalidades**

24.7.1. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, fizer declaração falsa, fraudes fiscais estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco anos), sem prejuízo das multas previstas em Edital e das demais cominações legais;

24.7.2. As sanções previstas nos subitens **24.5** e **24.6** poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nº 8.666/1993 ou 10.520/2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

24.8. **Do Direito de Defesa**

24.8.1. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

24.8.2. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade, conforme Decreto Distrital nº 26.851/2006.

24.8.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. O início do curso e o encerramento do prazo recairão em dias úteis, assim considerados como dias úteis os dias de expediente no órgão perante o qual o corra o prazo.

24.8.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

- I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada; e
- IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

24.8.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.comprasnet.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

24.8.6. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens **24.3** e **24.4** deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

24.9. **Do Assentamento em Registros**

24.9.1. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

24.9.2. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

24.10. **Da Sujeição a Perdas e Danos**

24.10.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/2006 e suas alterações, previstas neste Edital, o licitante e/ou CONTRATADA ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

24.11. **Disposições Complementares**

24.11.1. As sanções previstas nos subitens **24.3**, **24.4** e **24.5** do presente capítulo serão aplicadas pelo Ordenador de Despesas da Defensoria Pública do Distrito Federal.

24.11.2. O início do curso e o encerramento do prazo, dispostos neste capítulo, recairão em dias úteis, assim considerados como dias úteis, os dias de expediente no órgão perante o qual corra o prazo.

24.11.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste capítulo ficará sujeito, sem prejuízo as penalidades administrativas e a responsabilidade civil e criminal.

25. **DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

25.1. ***Não será admitida adesão de outros órgãos à ata de registro de preços decorrente desta licitação.***

25.1.1. Considerando o reduzido quadro de servidores lotados na Comissão permanente de licitação desta Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, a aceitação de outros participantes, além dos que já fazem parte do planejamento deste certame, poderia acarretar em lesão ao princípio da eficiência, pois em decorrência da complexidade e acúmulo de serviços que poderia ser gerado pela CPL/DPDF no gerenciamento da ata, poderia ter prejuízo na execução e bom andamento dos serviços inerentes à mesma. Justifica-se assim a opção de não admitir participação, como também,

adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

25.2. As demais regras referentes ao registro de preços constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

26. DA VALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS

26.1. O registro formalizado na ata a ser firmada entre a DPDF e a(s) empresa(s) que apresentar(em) a(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar no presente certame, **terá validade de 12 (doze) meses**, a partir da data de sua publicação.

26.2. Durante o prazo de validade do registro de preços a DPDF não ficará obrigada a comprar os produtos objeto deste pregão exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quanto julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

26.2.1. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quanto a DPDF optar pela aquisição por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

26.2.2. O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela DPDF.

26.2.3. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

26.2.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

26.3. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, promovendo a compra por outros meios licitatórios.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

27.2. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. O início do curso e o encerramento do prazo recairão em dias

úteis, assim considerados como dias úteis, os dias de expediente no órgão perante o qual corra o prazo.

27.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

27.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

27.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

27.10. Todo e qualquer pedido de alteração do Termo de Contrato oriundo deste Edital será dirigido à autoridade responsável por sua emissão, a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

27.11. Quando ocorrer discordância ou inversão de numeração de itens, poderá a Pregoeira, fazer as correções que julgar necessárias para o seu aproveitamento, no interesse da Administração.

27.12. A critério da Pregoeira, o prazo de 2 (duas) horas para o envio de documentos por meio do sistema eletrônico ou e-mail, poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário a partir da apresentação prévia de justificativa, do licitante, no chat de mensagens, por telefone ou e-mail.

27.13. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório desclassificar a proposta do licitante que for declarada inidônea na área da Administração Pública.

27.14. À DPDF fica reservado o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, e o dever de anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, nos termos do Art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993.

27.15. Caso sejam constatadas irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria da Defensoria Pública do Distrito Federal, no telefone 0800 642 8686.

27.16. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei Federal nº 8.666/1993, Art. 65, §§ 1º, 2º, inciso II).

27.17. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, se comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (Lei Federal nº 8.666/1993, Art. 65, § 5º).

27.18. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

27.19. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Pregoeira, no endereço mencionado no preâmbulo, ou através do fone (61) 2196-4387.

27.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

27.20.1. ANEXO I - Termo de Referência;

27.20.1.1. Especificação Técnica - Anexo II do Termo de Referência;

27.20.2. ANEXO II - Estimativa de Preços;

27.20.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preço

27.20.4. ANEXO IV - Minuta da Ata de Registro de Preços

27.20.5. ANEXO V - Minuta de Contrato.

Brasília, 02 de julho de 2019.

Cinthia Maria S. D. de Oliveira

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA MARIA SANTOS DOMINGUES DE OLIVEIRA - Matr.0175430-0, Diretor(a) de Licitação**, em 19/07/2019, às 17:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=25511553 código CRC= **59F87470**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 2º Andar, Sala 218 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4387

00401-00005902/2019-47

Doc. SEI/GDF 25511553



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Licitação

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de 32 (trinta e dois) nobreaks de 2,2 kVA, com garantia do fabricante, a serem instalados nos racks da Sede e NAJ's da Defensoria Pública do Distrito Federal-DPDF, para evitar o desligamento abrupto de dispositivos de rede, sensíveis a variação repentina de energia elétrica.

Item	Quantidade	Unidade	Especificação do Material
1	32	Unidade	NOBREAK de 2,2 kVA. Descrição detalhada constante no item 6 deste Termo de Referência.

1.2. Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Termo de Referência (item 6), prevalecerão estas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Motivação

2.1.1 No decorrer dos últimos anos, a DPDF vem investindo na modernização do parque computacional com destaque para estrutura de redes de comunicação e dados. A consequência direta dessa modernização foi o aumento do número de elementos ativos de rede, instalados nos Racks do prédio da Sede e nos Núcleos de Atendimento Jurídico - NAJ's.

2.1.2 Os elementos ativos são estratégicos para que haja a comunicação ininterrupta de dados entre todas as estações de trabalho das unidades da DPDF e NAJ's, e precisam de estabilização elétrica que assegure o perfeito funcionamento e a proteção contra as constantes quedas de energia, principalmente, em períodos de intenso calor.

2.1.3 Nos últimos anos a Sede e os Núcleos de Atendimento Jurídico - NAJ's da DPDF sofreram intempéries elétricas que danificaram permanentemente equipamentos de alto custo: Switch Core e Switch de Borda, Servidores, Firewall e Hard Disk, alguns NAJ's ficaram sem serviços de rede, devido a problemas elétricos que atingiram os Racks dos Switches de Borda; aplicativos de monitoração que "corromperam" a sua configuração; além dos desgastes que qualquer equipamento sofre ao receber tensão elétrica indevida.

2.1.4 Atualmente, para minimizar os problemas elétricos, estão sendo usados estabilizadores e nobreaks cedidos pela área de infraestrutura dos respectivos NAJ's, de pouca capacidade, adquiridos para outra função e inadequados para efetuar a proteção conforme os padrões técnicos exigidos.

2.1.5 Estes nobreaks serão instalados, imediatamente, para atender a necessidade urgente de proteger equipamentos sensíveis (como informado anteriormente) que fazem parte do backbone da Rede Local da DPDF, localizados na SEDE e nos NAJ's onde ficam os switches e servidores de borda.

2.2 Objetivos a serem alcançados

2.2.1 Nobreaks, ou UPS da sigla em inglês uninterruptible power supply, é um sistema de alimentação secundário de energia elétrica que entra em ação,

alimentando os dispositivos a ele ligados, quando há interrupção no fornecimento de energia primária.

2.2.2 Alimentar os dispositivos por um período, que varia entre 15(quinze) a 30(trinta) minutos, em caso de queda de energia, através de uma bateria.

2.2.3 Assegurar que equipamentos que trabalham em alta disponibilidade, essenciais à organização, operem dentro das especificações elétricas exigidas pelo fabricante, garantindo a estabilidade elétrica necessária para a disponibilidade e continuidade dos serviços de TI.

2.2.4 Evitar que equipamentos com alto valor comercial tenham a vida útil encurtada devido aos problemas de instabilidade elétrica recorrente, dentro das unidades da justiça eleitoral.

2.3 Benefícios resultantes da contratação

2.3.1 Manter os serviços com disponibilidade, capacidade e confiabilidade.

2.3.2 Assegurar a sustentabilidade dos serviços que envolvem a infraestrutura, preservando o CORE e os serviços principais de TIC.

2.3.3 Aumentar a segurança da informação para todos os serviços que trafeguem pela rede de computadores.

2.4 Alinhamento estratégico

2.4.1 Esta aquisição contribuirá para atender às metas dos objetivos Estratégicos da DPDF 2019-2021- M2: Modernização, Ampliação e Sustentação da Computação Pessoal da DPDF e M3: Modernização, Ampliação e Sustentação da Rede Corporativa da DPDF.

2.5 Referência aos estudos preliminares

2.5.1 Este Termo de Referência foi elaborado com base no Documento de Oficialização de Demanda e nos Estudos Preliminares constantes no Processo Administrativo registrado sob o número de protocolo **SEI 00401-00005902/2019-47**.

2.6 Relação entre a demanda prevista e a contratada

2.6.1 A quantidade solicitada de equipamentos do tipo nobreak, corresponde atualmente aos números de Racks instalados na Sede, Núcleos de Atendimento Jurídico - NAI's de importância estratégica.

3. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1 Natureza do objeto

3.1.1 O objeto pretendido é de natureza comum no âmbito do mercado de tecnologia da informação, em virtude de tratar-se de produto cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

3.2 Parcelamento e adjudicação do objeto

3.2.1 A contratação será realizada por item único, viabilizando ampla competição e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado.

3.2.2 O objeto desta contratação será adjudicado à vencedora do respectivo item.

3.3 Tipo e modalidade de licitação

3.3.1 Adoção do pregão, na sua forma eletrônica, do tipo "MENOR PREÇO", conforme a Lei nº 10.520/02, Decreto 5.450/05 recepcionado pelo Decreto do Distrito Federal nº 25.966/05 e Decreto do Distrito Federal nº 23.460/02, uma vez que os itens a

serem adquiridos são considerados bens comuns.

3.4 Critérios ambientais

3.4.1 No âmbito da DPDF, o instrumento orientador para a inclusão de critérios de sustentabilidade é a Lei 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal.

3.4.2 Os equipamentos de tecnologia da informação deverão atender as recomendações constantes na Resolução Conama nº 401/08 ou na Diretiva de compliance RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).

3.4.3 Os fornecedores deverão tomar as providências necessárias com vistas à destinação final, ambientalmente adequadas, dos equipamentos e peças que venham a ser recolhidos em virtude de substituição em garantia, indicando, ainda, os responsáveis pelos recolhimentos e a especificação da destinação final, com exceção de equipamentos que já possuam programa de destinação ambiental próprios.

3.5 Conformidade técnica e legal

3.5.1 No escopo desta contratação, não foram identificados regulamentos técnicos que precisam ser observados.

3.6 Obrigações do Contratante

3.6.1 Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes aos objetos contratados que venham a ser solicitados pela contratada;

3.6.2 Proporcionar à contratada todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais;

3.6.3 Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento dos bens.

3.6.4 Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

3.7 Obrigações da Contratada

3.7.1 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitadas, pelos técnicos da DPDF, referente a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades previstas.

3.7.2 Fornecer o material dentro do prazo máximo definido a contar da assinatura do contrato.

3.7.3 Apresentar a nota fiscal, contendo a discriminação exata do objeto contratado. A apresentação da nota fiscal poderá ser realizada pela empresa, via e-mail ou por mensageiro ou por técnico, após a instalação e configuração do objeto adquirido.

3.7.4 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela Equipe de Gestão da Contratação, bem como pelos atrasos decorrentes de tal rejeição.

3.7.5 Manter dados de contato da empresa atualizados, tais como: número de telefone, número de fax, endereço físico e eletrônico, no decorrer da validade da ata.

3.8 Documentação Exigida

A seguinte documentação deverá ser apresentada pela licitante:

3.8.1 Apresentar documentação técnica, tais como folders, catálogos, manuais ou endereço da página da internet do fabricante e etc, que comprovem todas as características técnicas do produto ofertado.

3.8.2 Apresentar declaração do licitante de que possui assistência técnica própria ou autorizada com disponibilidade da prestação dos serviços em Brasília-Distrito Federal, sendo as manutenções corretivas realizadas até 3(três) dias úteis depois da

abertura do chamado técnico.

4. FORMA DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1 Principais Papéis

- a). Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- b). Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- c). Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;

4.2 Dinâmica de Execução

4.2.1 Os equipamentos deverão ser entregues na Defensoria Pública do Distrito Federal, localizada no SIA Trecho 17, Rua 07, lote 45, 2º Andar – CEP. 71200-219 - Brasília/DF, no horário compreendido entre 08:00h e 18:00h, deverão ser acondicionados de forma a permitir a completa segurança durante o transporte.

4.2.2 O prazo de entrega do material será de 30 dias após a assinatura do contrato pela contratada, havendo necessidade de extensão do prazo, deverá ser feita justificativa pela empresa contratada e aceito pela Defensoria Pública do Distrito Federal.

4.2.3 O recebimento do material deverá ser acompanhado e fiscalizado por um representante da Administração, especialmente designado, pelo chefe imediato do setor em que será feita a entrega do material.

4.2.4 O material, objeto deste Termo de Referência estará condicionado à conferência para aceitação/aprovação final, a ser realizada pelo servidor responsável pelo recebimento do material que o efetuará provisoriamente e definitivamente, nos termos da alínea “a” e “b” do art. 73, inc. II, da Lei n.º 8.666/93. A contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os equipamentos recusados pela DPDF, observando-se que o mero recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo.

4.2.5 A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material solicitado, sob pena das sanções legais cabíveis.

4.2.6 O equipamento deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor.

4.2.7 Os equipamentos deverão ser de primeira qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

4.2.8 O recebimento dos equipamentos NOBREAK obedecerá às etapas e eventos descritos na tabela abaixo:

Evento	Responsável	Prazo
Assinatura do contrato	Contratada	Até 5 (cinco) dias úteis , contados da convocação desta Defensoria.
Prazo máximo da contratada para entrega dos equipamentos.	Contratada	Em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da assinatura do contrato pela contratada.
Período para que a equipe técnica da DPDF realize os testes necessários para aprovação dos nobreaks.	DPDF	Em até 10 (dez) dias corridos A DPDF terá todo equipamento analisado. Será emitido o Termo de Recebimento Definitivo .

Início do período relativo à garantia do objeto.	DPDF e Contratada	Até 24 (vinte e quatro) meses a partir da emissão do Recebimento Definitivo .
Fim do período relativo à garantia.	DPDF e Contratada	24 (vinte e quatro) meses após emissão do Recebimento Definitivo .

Tabela 1 – Etapas e eventos para **recebimento** dos NOBREAKs

4.2.8.1 A Contagem dos prazos constantes na tabela de etapas e eventos para implantação da solução será em dias corridos.

4.2.8.2 Caso a conclusão de algum evento/etapa seja antecipada, os eventos/etapas subsequentes serão automaticamente antecipados.

4.2.8.3 Os serviços de reparo do equipamento deverão ser executados nas dependências da DPDF na cidade de Brasília – Distrito Federal (on site), salvo em caso de impossibilidade técnica devidamente justificada pela empresa CONTRATADA.

4.2.8.4 Qualquer anormalidade ocorrida por causa de defeito no equipamento durante o prazo de 10 dias corridos para a emissão do TERMO DEFINITIVO, a contratada deverá prestar todos os esclarecimentos julgados necessários, bem como a substituição do equipamento sem ônus para a DPDF.

4.2.9 Descrição do Ambiente Físico

4.2.9.1 Os equipamentos adquiridos serão instalados nos racks localizados nos seguintes endereços:

REGIÃO ADM	NÚCLEO	ENDEREÇO	TELEFONE
SEDE	Gabinete e Administrativo	SIA Trecho 17, Rua 07, lote 45	2196-4300
	Defesa dos Direitos Humanos	SIA Trecho 17, Rua 07, lote 45	2196-4320
BRASÍLIA	Defesa do Consumidor	SCN, Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi, Loja 01, Brasília	2196-4521 / 2196-4402
	Defesa da Mulher	SMAS Trecho 3 Lotes 4/6 Bloco 4, Brasília	2196-4461 / 2196-4463
	Idoso	TJDF 4º Bloco B, anexo 2, Ala A, 4º andar, Brasília	3103-7609 / 3107-7612
	Execuções Penais	SCN, Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi, Loja 01, Brasília	2196-4301
	Fazenda Pública	SCN, Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi, Loja 01, Brasília	2196-4511
	Juizado Especial de Violência Doméstica	SMAS Trecho 3 Lotes 4/6 Bloco 4, Brasília	2196-4461 / 2196-4463
	Segundo Grau e Tribunais Superiores	SCN, Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi, Loja 01, Brasília	2196-4396 / 2196-4368
	Fórum Júlio Mirabete	SCN, Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi, Loja 01, Brasília	2196-4519
	Iniciais de Brasília	SCN, Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi, Loja 01, Brasília	2196-4508 / 2196-4515
	Posto de Atendimento ao Cidadão	Sede da Câmara Legislativa, Praça Municipal N° 5, Quadra 2, Térreo, Brasília	3348-8769
	Assistência Jurídica de Brasília	Praça Municipal, Lote 01, Palácio da Justiça- TJDF, Bloco B, Anexo 2, ala A	2196-4430
Família	SMAS Trecho 3 Lotes 4/6 Bloco 5, Térreo, Brasília	2196-4465 / 2196-4466	
Águas Claras	Águas Claras e Vicente Pires	Fórum de Águas Claras: Quadra 202, Lote 01	3345-5012
Brazlândia	Brazlândia	Fórum de Brazlândia, AE 04, Rua 10 Lote 04, setor Tradicional, Brazlândia	2196-4437 / 2196-4438

Ceilândia	Ceilândia	Fórum de Ceilândia, AE 01, QNM 11, Ceilândia	2196-4448 / 2196-4449
Gama	Gama	Fórum do Gama, Quadra 01, AE 01, Setor Norte, Gama	2196-4482 / 2196-4490
Guará	Guará	Fórum do Guará, QE 25, Conjunto 02, Lotes 02/03, Guará II	2196-4494
Núcleo Bandeirante	Núcleo Bandeirante	Fórum do Núcleo Bandeirante, Avenida Contorno, Área Especial 13, Lote 14	2196-4523 / 2196-4525
Paranoá	Paranoá	Quadra 02, Conjunto C, Lote A, Paranoá	2196-4526 / 2196-4533
Planaltina	Planaltina	SCC. Quadra 02, Bloco C, Edifício agenor Teixeira, Planaltina	2196-4541 / 2196-4534
Recanto das Emas	Recanto das Emas	Fórum de Recanto das Emas, Quadra 2, Conjunto 1, Lote 3, Setor Urbano	3434-0757
Riacho Fundo	Riacho Fundo	Fórum do Riacho fundo, QS 02, Lote A, 1º Andar, Sala 4	2196-4594 / 2196-4597
Samambaia	Samambaia	Fórum de Samambaia, Centro Urbano, Quadra 302	2196-4570 / 2196-4565
Santa Maria	Santa Maria	Fórum de Santa Maria, Avenida Alagados, QR 211, Lote 01, Conjunto A	2196-4305 / 2196-4548
São Sebastião	São Sebastião	Fórum de São Sebastião, Setor de Múltiplas Atividades, Lote 04	2196-4554 / 2196-4559
Sobradinho	Sobradinho	Quadra 08, Comércio Local 13, Loja 01	3387-1626 / 2196-4576
Taguatinga	Taguatinga	CNB 03, Lote 07, Setor Comercial Norte	2196-4582 / 2196-4590
	NAI(Núcleo de Atendimento Integrado)	SAAN, Quadra 01, Lote 785	3234-9760

4.2.9.2 As instalações serão realizadas pelos técnicos da DPDF com o devido suporte da licitante vencedora.

4.2.10 Infraestrutura Elétrica

4.2.10.1 Poderá haver a necessidade de realizar adaptações para levar energia elétrica aos Racks. Estas adaptações poderão incluir a instalação de disjuntor próprio e a utilização de cabo elétrico de acordo com as características técnicas do fabricante.

4.2.10.2 Para realizar este serviço será necessário a abertura de chamado junto a Coordenação de Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação – COOTIC que acionará a empresa responsável e capacitada a realizar serviços desta natureza.

4.3 Instrumento formal de solicitação de fornecimento dos bens

4.3.1 A DPDF fará as aquisições mediante formalização de contrato administrativo, que deverá ser assinado pela empresa vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação da DPDF ou poderá ser enviada, via e-mail ou fax, devendo, neste caso, ser acusado o seu recebimento no mesmo prazo, sob pena de decair o direito a contratação, sujeitando-se o licitante vencedor às sanções legais cabíveis.

4.3.2 Na hipótese da empresa vencedora não assinar o contrato no prazo estabelecido no subitem anterior, o pregoeiro convocará nova sessão pública, onde examinará a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de um que atenda ao edital.

4.4 Garantia Técnica

4.4.1 O prazo de garantia do fabricante deverá ser de, no mínimo, 24 meses,

para todos os equipamentos, peças e componentes cotados neste Termo de Referência, contado a partir do seu recebimento.

4.4.2 Durante o período de garantia, a empresa deverá prestar assistência técnica contra defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos e à solução de problemas de funcionamento, durante a utilização normal do equipamento, independente da existência de falha material.

4.4.3 A abertura de chamados, por meio telefônico ou através da internet, serão os meios pelos quais a DPDF formalizará a necessidade de manutenção ou suporte técnico durante o período da garantia.

4.4.4 Forma de Atendimento da Assistência Técnica:

4.4.4.1 Central de Atendimento para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00), indicando 0800 ou número local.

4.4.4.2 O atendimento será do tipo “on-site” mediante manutenção corretiva nas dependências da DPDF, situada na cidade de Brasília-Distrito Federal, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00, por profissionais especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo a substituição de peças, componentes, ajustes, reparos e correções necessárias com prazo máximo para solução de problemas de 3(três) dias úteis, contados após a abertura do chamado, incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos, sem ônus adicional para a DPDF.

4.4.4.3 A substituição de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos por outros de marcas e/ou modelos diferentes dos originais cotados pela contratada, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização da DPDF.

4.4.4.4 Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamento(s), sendo sempre “novos e de primeiro uso”.

4.5 PRAZO DE VIGÊNCIA

4.5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços decorrente desta proposição será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura. A vigência poderá, a critério da contratante, ser prorrogado nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

4.6 Forma de Comunicação e Acompanhamento da execução do contrato

4.6.1 Caberá ao integrante técnico as atividades de examinar o objeto contratado, verificando se às especificações obedecem aos critérios previstos no edital, bem como aos prazos estabelecidos e demais obrigações previstas no contrato.

4.6.2 Ao Integrante Administrativo (Gestor do contrato), caberá a responsabilidade pela comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, a assinatura de documentos e tomada de decisões gerenciais relativas à execução do contrato.

4.7 Recebimento do objeto

4.7.1 O recebimento do material deverá ser acompanhado e fiscalizado por um representante da Administração, especialmente designado, pelo chefe imediato do setor em que será feita a entrega do material.

4.7.2 O material, objeto deste Termo de Referência estará condicionado à conferência para aceitação/aprovação final, a ser realizada pelo servidor responsável pelo recebimento do material que o efetuará provisoriamente e

definitivamente, nos termos da alínea “a” e “b” do art. 73, inc. II, da Lei n.º 8.666/93.

4.7.3 O material será recebido da seguinte forma:

4.7.3.1 Provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações;

4.7.3.2 Definitivamente – após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação, no prazo máximo de 30 dias úteis após a aceitação provisória observada o art. 69 da Lei 8.666 que determina: “O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados”.

4.8 Pagamento

4.8.1 O pagamento será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.

4.8.2 No caso de processamento do pagamento através de depósito bancário deverão ser fornecidos os seguintes dados:

- a) banco: nome e código;
- b) agência: nome e código e;
- c) número da conta corrente (completo).

4.8.3 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada por servidor designado, devendo ser respeitado o prazo de 15 (quinze) dias, conforme dispõe o artigo 40º, inciso XIV alínea “a”, da Lei n.º 8.666/93, seguindo as etapas descritas neste Termo de Referência;

4.8.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

- a) do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995;
- b) da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29, da Lei nº 8.666/93;
- c) do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

4.8.5 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto do Distrito Federal nº 26.851 de 2006 e, do Decreto nº 5.450, de 2005 recepcionado pelo Decreto do Distrito Federal nº 25.966 de 2005 , a licitante/Adjudicatária, que:

- 5.1.1 Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

- 5.1.2 Apresentar documentação falsa;
- 5.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 5.1.4 Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- 5.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 5.1.6 Cometer fraude fiscal;
- 5.1.7 Fizer declaração falsa;
- 5.1.8 Ensejar o retardamento da execução do certame.

5.2 A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 5.2.1 Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 5.2.2 Impedimento de licitar e de contratar com o Distrito Federal e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 5.2.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 5.2.4 Descumprir qualquer dos deveres elencados no TR, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.
- 5.2.5 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 5.2.6 Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da Contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a Contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

5.3 Multa e Penalidades:

Para todos os efeitos, em caso de descumprimento ou atraso injustificado, serão observados os critérios estabelecidos no Decreto do Distrito Federal 26.851/2006 no seu artigo 4º e seus incisos e, Lei Federal 8666/1993.

- 5.3.1 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Distrito Federal, pelo prazo de até dois anos.
- 5.3.2 Impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 5.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
- 5.3.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 5.3.5 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
 - 5.3.6 tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
 - 5.3.7 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 5.3.8 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

5.3.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

5.3.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o carácter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

5.3.11 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Governo do Distrito Federal, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

5.3.12 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por Aviso de Recebimento.

5.3.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

5.3.14 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

6. REQUISITOS TÉCNICOS (DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO)

A contratação deverá considerar os seguintes requisitos básicos:

6.1 ITEM – NOBREAK 2,2 kVA

6.1.1 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS

- a) Potência mínima suportada de 2,2 kVA;
- b) Possuir rodízio a fim de facilitar a locomoção e instalação do equipamento;
- c) Possuir 1(uma) interface de comunicação serial padrão RS-232C ou RS-485 ou USB e 1(uma) interface Ethernet com detecção automática para as velocidades de 10/100Mbps BaseTx;
- d) O gabinete principal deverá ser de estrutura metálica com tratamento anticorrosivo, proteção a contatos elétricos, pintura em epóxi eletrostática, ventilação forçada contínua e com capas de proteção para as régua de bornes elétricos com proteção IP-20;
- e) Todas as conexões elétricas deverão ser através de régua de bornes na parte dianteira ou traseira inferior ao gabinete, com identificação das fases e terra em cada ponto de conexão;
- f) Dupla conversão com fornecimento contínuo de energia, sem qualquer interrupção na tensão de saída durante blackouts completos ou qualquer interrupção momentânea;
- g) Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso e em linha de fabricação.

6.1.2 TENSÃO DE ENTRADA

- a) Tensão de entrada deverá ser de 115/227 V - BIFÁSICA, via borne ou tomada com transformador isolador de entrada e saída, interno ao gabinete;
- b) Deverá suportar variação da tensão de entrada de $\pm 18\%$;
- c) A frequência de entrada deverá ser de 60 Hz $\pm 8\%$;
- d) Alimentação via régua de bornes ou tomada.

6.1.3 TENSÃO DE SAÍDA

- a) Tipo alternada, permanente e estabilizada;
- b) Tensão de saída deverá ser 115V –127 V via tomadas;
- c) A variação máxima da tensão de saída deverá ser de +/- 1%;
- d) A distorção harmônica (THD) com carga resistiva deverá ser menor ou igual a 3%;
- e) A frequência de saída deve ser de 60 Hz variável de 55 a 65hz;
- f) O fator potência deverá ser de no mínimo 0,8;
- g) A forma de onda deverá ser senoidal pura;
- h) O fator de crista para a corrente deverá ser de 3:1;
- i) Regulação dinâmica para carga resistiva < 4%
- j) Regulação estática para carga resistiva \geq 3%
- k) A saída via régua de no mínimo de 6 (seis) tomadas padrão NBR 14136.

6.1.4 DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO

- a) Deve possuir proteções contra sobrecarga, sobretensão, subtensão, devendo nestas situações operar em modo bateria;
- b) Possuir proteção contra descarga total da bateria, devendo nesta situação soar alarme e indicar através do display que a bateria está no limite mínimo de carga e que o equipamento irá se desligar;
- c) Equipamento dotado de transformador isolador de entrada e saída com isolamento galvânica;
- d) Deve possibilitar a partida pelas baterias, sem a presença de rede;
- e) Deve executar na inicialização o autoteste completo do sistema inclusive das baterias;
- f) O bypass do equipamento deve ser automático em casos de falhas ou sobrecargas e também manual, via display/ teclado;
- g) O bypass do equipamento deve ser estabilizado.

6.1.5 SINALIZAÇÕES DE ÁUDIO-VISUAIS DE EVENTOS

- a) Possuir painel com display de cristal líquido com indicadores de nobreak ligado, rede elétrica presente, operação bateria, sub e sobretensão;
- b) Possuir alarmes sonoros indicando ocorrências de falhas, sobrecarga na saída, modo de operação em bateria e proximidade de final de carga da autonomia da bateria.

6.1.6 BANCO DE BATERIA

- a) Interna, composta por baterias seladas reguladas por válvula (VRLA), sem exalação de gases, com expectativa de vida útil de 02 anos;
- b) O tempo de autonomia total à MEIA carga deverá ser de no mínimo 30 (trinta) minutos;
- c) Tempo de recarga das baterias para 90% da carga deverá ser igual ou

inferior a 8 horas;

d) Caso seja fornecido banco de bateria externo, este deverá possuir padrão de acabamento e construção semelhantes ao gabinete do nobreak, que ficarão lado a lado;

e) Possuir rodízio a fim de facilitar a locomoção e instalação do banco de baterias;

f) Não serão aceitas baterias AUTOMOTIVAS e/ou ESTACIONÁRIAS.

6.1.7 ACESSÓRIOS

a) Fornecer todos os cabos e conectores necessários para o bom funcionamento do nobreak, com exceção dos cabos de entrada e distribuição.

6.1.8 DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

a) Fornecer junto com o equipamento manual técnico do usuário e de referência contendo todas as informações sobre o mesmo com as instruções para instalação, configuração e operação em Português;

b) Fornecer memorial de cálculo de autonomia

6.1.9 GERENCIAMENTO DE ENERGIA

a) Deve ser fornecido software gerente SNMP, capaz de monitorar dispositivos via RJ45 (agentes SNMP) de no mínimo 50 (cinquenta) equipamentos nobreak;

b) Os agentes SNMP devem possuir como características básicas os protocolos SNMP (UPS MIB RFC 1628 padrão), TCP/IP, HTTP e SMTP, e servidor web embarcado para acessar de forma individual as informações de cada UPS;

c) O software deve concentrar todos os equipamentos em uma única tela, possibilitado a identificação e monitoração dos UPS, além de ter as seguintes características:

- i) Sinalização do Status de operação do nobreak;
- ii) Rede elétrica presente;
- iii) Modo bateria;
- iv) Bypass; e
- v) Perda de comunicação com o software.

d) Gerar diagrama de blocos de funcionamento do UPS com as principais leituras do equipamento:

- i) Tensão de entrada;
- ii) Tensão de saída;
- iii) Frequência;
- iv) Potência consumida; e
- v) Nível de carga das baterias.

e) Registro de Eventos: O software armazena informações de eventos com data e horário que ocorreram (falha AC, AC restaurado, Shutdown ativado, entre outros);

f) Registro de Dados: O software armazena as principais leituras do UPS e sendo possível visualizar, as mesmas, em forma de gráfico;

g) Notificação de eventos críticos por:

- i) Pop-UP;
- ii) Email;
- iii) Sinais audiovisuais.
- h) Permite a execução/invocação de alguns programas no formato.EXE e .BAT;
- i) Permitir a criação de usuários com níveis diferentes de acesso para acessar as informações do software (Ex.: Adm, User e Operator).

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A despesa com a aquisição de que trata o objeto correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária.

- I – Unidade Gestora: Defensoria Pública do DF
- II – CNPJ: 12.219.624/0001-83
- III – Unidade Orçamentária: 48101
- IV – Programa de Trabalho: 03.122.6211.3030.9630
- V – Natureza da Despesa: 44.90.52.37
- VI – Fontes de Recursos: 100

8. DA RESCISÃO

8.1 A inexecução total ou parcial do objeto do contrato enseja sua rescisão, de conformidade com os Artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

9. DA FORMALIZAÇÃO

9.1 Dar-se-á através de Contrato Administrativo, conforme prevê o art. 62 da Lei n.º 8.666/93, estabelecendo em suas cláusulas as condições para aquisição dos materiais, bem como os direitos e obrigações das partes, de acordo com os normativos vigentes.

10. CRITÉRIO DE SELEÇÃO

10.1 O julgamento das propostas será realizado pelo Menor Preço.

10.2 Será considerada vencedora a empresa que atender aos requisitos de habilitação e qualificação técnica.

10.2 A definição da empresa LICITANTE VENCEDORA dar-se-á pelo menor valor dentre as propostas de preços apresentadas para o item único, no quantitativo estimado.

10.3. DA HABILITAÇÃO

10.3.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste TR.

10.3.2 O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que as supram.

10.3.3 O licitante deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

I. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, Decreto Distrital nº 23.460/2002 e art. 14, inc. V, do Decreto Federal nº 5.450/2005 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;

II. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

III. Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

IV. Registro comercial, no caso de empresário individual;

V. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

VI. Certidão negativa de feitos sobre falência recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida por distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição ou revalidação nos últimos 30 (trinta) dias que antecedem à sessão de abertura da licitação, caso o documento não consigne o seu prazo de validade;

VII. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÃO(ÕES), expedido(s) por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, por empresas privadas, relativo(s) à qualificação técnico-operacional.

VIII. Declaração de vistoria ao local dos serviços emitida pelo próprio licitante ou de que assume os riscos da contratação sem a sua realização. A vistoria deverá ser feita no horário das 08h00 às 18h00, com agendamento prévio pelo telefone (61) 2196-4458 COOTIC (Coordenação de Inovação, Tecnologia da Informação e Comunicação).

IX. Balanço Patrimonial do último exercício social e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente assinado por profissional habilitado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

10.3.4 A não apresentação dos documentos constantes dos incisos I e II não implicará a inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta do documento via Internet;

10.3.5 Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria ao local dos serviços, a ausência de apresentação da declaração prevista no inciso VIII não implicará a desclassificação do licitante vencedor, entretanto ele não poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes para eximir-se das obrigações assumidas;

10.3.6 Somente serão habilitadas as empresas em boa situação financeira, e esta será mensurada por intermédio da obtenção dos seguintes índices, os quais deverão ser calculados na forma abaixo descrita, e cujo resultado terá no máximo duas casas decimais, sendo as demais desprezadas:

Índice Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Índice de Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11. MODALIDADE

11.1. Pregão Eletrônico.

Aprovo. Encaminhe-se à SUAG para iniciação de procedimento licitatório, segundo o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Técnico	Integrante Requisitante	Integrante Administrativo
William da Silva Ganzela Matrícula: 242.293-X	Marconi Gonçalves Brasileiro de Sant'Anna Matrícula: 242.280-8	Bruna Alencar do Amaral Matrícula: 238.922-3



Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA MARIA SANTOS DOMINGUES DE OLIVEIRA - Matr.0175430-0, Diretor(a) de Licitação**, em 03/07/2019, às 13:59, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **24687359** código CRC= **F08FFCB2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 2º Andar, Sala 218 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4387



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Licitação

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM – NOBREAK 2,2 kVA

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS

- a) Potência mínima suportada de 2,2 kVA;
- b) Possuir rodízio a fim de facilitar a locomoção e instalação do equipamento;
- c) Possuir 1(uma) interface de comunicação serial padrão RS-232C ou RS-485 ou USB e 1(uma) interface Ethernet com detecção automática para as velocidades de 10/100Mbps BaseTx;
- d) O gabinete principal deverá ser de estrutura metálica com tratamento anticorrosivo, proteção a contatos elétricos, pintura em epóxi eletrostática, ventilação forçada contínua e com capas de proteção para as régua de bornes elétricos com proteção IP-20;
- e) Todas as conexões elétricas deverão ser através de régua de bornes na parte dianteira ou traseira inferior ao gabinete, com identificação das fases e terra em cada ponto de conexão;
- f) Dupla conversão com fornecimento contínuo de energia, sem qualquer interrupção na tensão de saída durante blackouts completos ou qualquer interrupção momentânea;
- g) Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso e em linha de fabricação.

TENSÃO DE ENTRADA

- a) Tensão de entrada deverá ser de 115/227 V - BIFÁSICA, via borne ou tomada com transformador isolador de entrada e saída, interno ao gabinete;
- b) Deverá suportar variação da tensão de entrada de $\pm 18\%$;
- c) A frequência de entrada deverá ser de 60 Hz $\pm 8\%$;
- d) Alimentação via régua de bornes ou tomada.

TENSÃO DE SAÍDA

- a) Tipo alternada, permanente e estabilizada;
- b) Tensão de saída deverá ser 115V –127 V via tomadas;
- c) A variação máxima da tensão de saída deverá ser de $\pm 1\%$;
- d) A distorção harmônica (THD) com carga resistiva deverá ser menor ou igual á 3%;
- e) A frequência de saída deve ser de 60 Hz variável de 55 a 65hz;
- f) O fator potência deverá ser de no mínimo 0,8;

- g) A forma de onda deverá ser senoidal pura;
- h) O fator de crista para a corrente deverá ser de 3:1;
- i) Regulação dinâmica para carga resistiva < 4%
- j) Regulação estática para carga resistiva \geq 3%
- k) A saída via régua de no mínimo de 6 (seis) tomadas padrão NBR 14136.

DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO

- a) Deve possuir proteções contra sobrecarga, sobretensão, subtensão, devendo nestas situações operar em modo bateria;
- b) Possuir proteção contra descarga total da bateria, devendo nesta situação soar alarme e indicar através do display que a bateria está no limite mínimo de carga e que o equipamento irá se desligar;
- c) Equipamento dotado de transformador isolador de entrada e saída com isolamento galvânica;
- d) Deve possibilitar a partida pelas baterias, sem a presença de rede;
- e) Deve executar na inicialização o autoteste completo do sistema inclusive das baterias;
- f) O bypass do equipamento deve ser automático em casos de falhas ou sobrecargas e também manual, via display/ teclado;
- g) O bypass do equipamento deve ser estabilizado.

SINALIZAÇÕES DE ÁUDIO-VISUAIS DE EVENTOS

- a) Possuir painel com display de cristal líquido com indicadores de nobreak ligado, rede elétrica presente, operação bateria, sub e sobretensão;
- b) Possuir alarmes sonoros indicando ocorrências de falhas, sobrecarga na saída, modo de operação em bateria e proximidade de final de carga da autonomia da bateria.

BANCO DE BATERIA

- a) Interna, composta por baterias seladas reguladas por válvula (VRLA), sem exalação de gases, com expectativa de vida útil de 02 anos;
- b) O tempo de autonomia total à MEIA carga deverá ser de no mínimo 30 (trinta) minutos;
- c) Tempo de recarga das baterias para 90% da carga deverá ser igual ou inferior a 8 horas;
- d) Caso seja fornecido banco de bateria externo, este deverá possuir padrão de acabamento e construção semelhantes ao gabinete do nobreak, que ficarão lado a lado;
- e) Possuir rodízio a fim de facilitar a locomoção e instalação do banco de baterias;
- f) Não serão aceitas baterias AUTOMOTIVAS e/ou ESTACIONÁRIAS.

ACESSÓRIOS

Fornecer todos os cabos e conectores necessários para o bom funcionamento do nobreak, com exceção dos cabos de entrada e distribuição.

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- a) Fornecer junto com o equipamento manual técnico do usuário e de referência contendo todas as informações sobre o mesmo com as instruções para instalação, configuração e operação em Português;
- b) Fornecer memorial de cálculo de autonomia

GERENCIAMENTO DE ENERGIA

- a) Deve ser fornecido software gerente SNMP, capaz de monitorar dispositivos via RJ45 (agentes SNMP) de no mínimo 50 (cinquenta) equipamentos nobreak;
- b) Os agentes SNMP devem possuir como características básicas os protocolos SNMP (UPS MIB RFC 1628 padrão), TCP/IP, HTTP e SMTP, e servidor web embarcado para acessar de forma individual as informações de cada UPS;
- c) O software deve concentrar todos os equipamentos em uma única tela, possibilitando a identificação e monitoração dos UPS, além de ter as seguintes características:
 - i) Sinalização do Status de operação do nobreak;
 - ii) Rede elétrica presente;
 - iii) Modo bateria;
 - iv) Bypass; e
 - v) Perda de comunicação com o software.
- d) Gerar diagrama de blocos de funcionamento do UPS com as principais leituras do equipamento:
 - i) Tensão de entrada;
 - ii) Tensão de saída;
 - iii) Frequência;
 - iv) Potência consumida; e
 - v) Nível de carga das baterias.
- e) Registro de Eventos: O software armazena informações de eventos com data e horário que ocorreram (falha AC, AC restaurado, Shutdown ativado, entre outros);
- f) Registro de Dados: O software armazena as principais leituras do UPS e sendo possível visualizar, as mesmas, em forma de gráfico;
- g) Notificação de eventos críticos por:
 - i) Pop-UP;
 - ii) Email;
 - iii) Sinais audiovisuais.
- h) Permite a execução/invocação de alguns programas no formato.EXE e .BAT;
- i) Permitir a criação de usuários com níveis diferentes de acesso para acessar as informações do software (Ex.: Adm, User e Operator).



Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA MARIA SANTOS DOMINGUES DE OLIVEIRA - Matr.0175430-0, Diretor(a) de Licitação**, em 03/07/2019, às 14:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=24687457)
verificador= **24687457** código CRC= **F7AB6B38**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 2º Andar, Sala 218 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4387

00401-00005902/2019-47

Doc. SEI/GDF 24687457



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Licitação

ANEXO II

PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR ESTIMADO TOTAL (R\$)
1	NOBREAK - 2,2 KVA	UNIDADE	32	2.126,89	68.060,48
TOTAL GERAL					68.060,48

VALOR MÉDIO ESTIMADO TOTAL: R\$ 68.060,48 (Sessenta e oito mil e sessenta reais e quarenta e oito centavos).



Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA MARIA SANTOS DOMINGUES DE OLIVEIRA - Matr.0175430-0, Diretor(a) de Licitação**, em 03/07/2019, às 14:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **24687572** código CRC= **FC921386**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 2º Andar, Sala 218 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4387



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Licitação

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF

Senhor (a) Pregoeiro (a)

A empresa _____, por meio de seu representante legal, vem apresentar proposta de preços do fornecimento abaixo relacionado para a Defensoria Pública do Distrito Federal:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	NOBREAK - 2,2 KVA	unidade	32	R\$	R\$
TOTAL GERAL					R\$

Nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive salários, encargos trabalhistas, impostos e taxas, bem como quaisquer outras despesas incidentes na fabricação dos produtos objeto da licitação.

PRAZOS DE PRESTAÇÃO DE ENTREGA DO MATERIAL, CONFORME ITEM 4. DO ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

Declaramos, expressamente, que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como todas as obrigações especificadas no contrato ou instrumento equivalente.

O prazo de validade da nossa proposta é de 60 (Sessenta) dias contados da data da entrega da proposta.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato, ou retirar o instrumento equivalente no prazo determinado, em conformidade com o instrumento convocatório, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____ CNPJ: _____

Endereço: _____ Tel/Fax: _____

Dados do Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA MARIA SANTOS DOMINGUES DE OLIVEIRA - Matr.0175430-0, Diretor(a) de Licitação**, em 03/07/2019, às 14:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **24687693** código CRC= **AE23E4A2**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 2º Andar, Sala 218 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4387

00401-00005902/2019-47

Doc. SEI/GDF 24687693



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Licitação

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº ____/____

Processo nº: **00401-00005902/2019-47**

Pregão Eletrônico SRP nº XX/2019

O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (DPDF), com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº XXXXXXXX, nos termos: da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto Federal nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e 7.892, de 23 de janeiro de 2013, no que couberem, do Decreto Distrital nº 39.103, de 6 de junho de 2018, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da propostas apresentadas no Pregão Eletrônico SRP nº XX/2019, **RESOLVE** registrar os preços ofertados pelo Fornecedor Beneficiário (licitante vencedor), _____, localizado _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, representado pelo _____ conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	NOBREAK - 2,2 KVA	unidade	32	R\$	R\$
TOTAL PARA O ITEM 1					R\$

CONDIÇÕES GERAIS::

1.1 Os prazos, as quantidades e as condições de entrega obedecerão aos critérios estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº XX/2019

1.2 O pedido mínimo, para fins de contratação, corresponderá à unidade para cada item do Pregão Eletrônico SRP nº XX/2019, ou seja, para o item 1, corresponderá a 32 (trinta e duas) unidades do Equipamento Nobreak - 2,2 kva, conforme Especificações Técnicas do Anexo I - Termo de Referência.

1.3 A existência de preços registrados não obriga a DPDF a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições, nos termos do art. 15, §4º da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 16 do Decreto Distrital nº 39.103/2018.

1.4 O teor do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº XX/2019, seus anexos e as propostas do fornecedor beneficiário, bem como dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou os serviços com

preços iguais ao do licitante vencedor, são partes integrantes desta Ata.

1.5 Este Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, sendo seu extrato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

1.6 A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais da Defensoria Pública do Distrito Federal e do Fornecedor Beneficiário, e dos demais licitantes registrados.

1.7 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal, para dirimir eventuais controvérsias relativas à presente Ata de Registro de Preços.

Brasília/DF, __ de _____ de 2019.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

[autoridade da DPDF competente para assinar a Ata de Registro de Preços]

FORNECEDOR BENEFICIÁRIO (LICITANTE VENCEDOR):

[Razão social da empresa]

Representante legal: [nome completo]

CI: [número e órgão emissor]

CPF: [número]

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]
[procuração/contrato social/estatuto social]



Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA MARIA SANTOS DOMINGUES DE OLIVEIRA - Matr.0175430-0, Diretor(a) de Licitação**, em 03/07/2019, às 14:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=24688601)
verificador= **24688601** código CRC= **F44A9FF4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 2º Andar, Sala 218 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4387



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Licitação

ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

Para efeitos do disposto no art. 11 do Decreto Distrital nº 39.103, de 6 de junho de 2018, fica incluído na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____, na forma do presente Anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os fornecimentos com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, da seguinte forma:

Licitante classificado em _____, empresa
_____, localizado _____, inscrito no CNPJ sob o nº
_____, representado neste ato por _____.

Brasília/DF, __ de _____ de _____.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

[autoridade da DPDF competente para assinar a Ata de Registro de Preços]

DEMAIS LICITANTES REGISTRADOS:

[Razão social da empresa]

Representante legal: [nome completo]

CI: [número e órgão emissor]

CPF: [número]

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]

[procuração/contrato social/estatuto social]



Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA MARIA SANTOS DOMINGUES DE OLIVEIRA - Matr.0175430-0, Diretor(a) de Licitação**, em 03/07/2019, às 14:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=24688790)
verificador= **24688790** código CRC= **22185DF1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 2º Andar, Sala 218 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4387

00401-00005902/2019-47

Doc. SEI/GDF 24688790



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Licitação

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE BENS
Nº ____/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM
A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO
FEDERAL – DPDF E A EMPRESA**

PROCESSO Nº 00401-00005902/2019-47.

Cláusula Primeira - Das Partes

A Defensoria Pública do Distrito Federal, representada por _____, na qualidade de _____, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e _____, doravante denominada Contratada, CNPJ nº _____, com sede em _____, representada por _____, na qualidade de _____.

Cláusula Segunda - Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº ____/_____(fls.____), da Proposta de fls.____, da Lei do Pregão nº 10.520 de 17.07.2002 e da Lei nº 8.666, de 21.06.1993.

Cláusula Terceira - Do Objeto

O Contrato tem por objeto a aquisição de 32 (trinta e dois) nobreaks de 2,2 kVA, com garantia do fabricante, a serem instalados nos racks da Sede e NAJ's da Defensoria Pública do Distrito Federal-DPDF, para evitar o desligamento abrupto de dispositivos de rede sensíveis a variação repentina de energia elétrica, consoante especifica o Edital de _____ nº _____ (fls. ____) e a Proposta de fls. _____, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta - Da Forma de Fornecimento

A entrega do objeto processar-se-á de forma integral em ___ a contar _____, conforme especificação contida no Edital de _____ nº ____ (fls. ____) e na Proposta de fls. _____, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º, art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

Cláusula Quinta - Do Valor

O valor total do Contrato é de _____ (_____), devendo a importância de _____(_____) ser

atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº _____, de _____.

Cláusula Sexta - Da Dotação Orçamentária

6.1 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I - Unidade Orçamentária: 48101

II - Programa de Trabalho: 03.122.6211.3030.9630 - Modernização e Reaparelhamento da DPDF.

III - Natureza da Despesa: 44.90.52.

IV - Fonte de Recursos: 100

6.2 - O empenho é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, sob o evento nº 400091, na modalidade ordinário.

Cláusula Sétima - Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Cláusula Oitava - Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

Cláusula Nona - Da Garantia Técnica

9.1 - O prazo de garantia do fabricante deverá ser de, no mínimo, 24 meses, para todos os equipamentos, peças e componentes cotados neste Termo de Referência, contado a partir do seu recebimento.

9.2 - Durante o período de garantia, a empresa deverá prestar assistência técnica contra defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos equipamentos e à solução de problemas de funcionamento, durante a utilização normal do equipamento, independente da existência de falha material.

9.3 - A abertura de chamados, por meio telefônico ou através da internet, serão os meios pelos quais a CONTRATANTE formalizará a necessidade de manutenção ou suporte técnico durante o período da garantia.

9.4 - Forma de Atendimento da Assistência Técnica:

9.4.1 Central de Atendimento para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 18h), indicando 0800 ou número local.

9.4.2 O atendimento será do tipo “on-site” mediante manutenção corretiva nas dependências da DPDF, situada na cidade de Brasília/ Distrito Federal, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (das 8h às 18h), por profissionais especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo a substituição de peças, componentes, ajustes, reparos e correções necessárias com prazo máximo para solução de problemas de 3(três) dias úteis, contados após a abertura do chamado, incluindo a troca de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

9.4.3 A substituição de peças e/ou componentes mecânicos ou eletrônicos por outros de marcas e/ou

modelos diferentes dos originais cotados pela contratada, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização da CONTRATANTE.

9.4.4 Todas as peças e componentes mecânicos ou eletrônicos substituídos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamento(s), sendo sempre “novos e de primeiro uso”.

Cláusula Décima - Da Responsabilidade da Defensoria Pública do Distrito Federal

10.1 - Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa;

10.2 - Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais;

Cláusula Décima Primeira - Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.2 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.3 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - Da Alteração Contratual

12.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 - A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira - Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 26.851/2006, facultada à Defensoria Pública do Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Quarta - Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta - Da Rescisão

15.1 - O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem

prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 - Ficam reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa pela inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme inciso IX, do art. 55 c/c art. 77 da Lei 8.666/1993.

Cláusula Décima Sexta - Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com a Defensoria Pública do Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima - Do Executor

17.1 - Caberá ao integrante técnico a atividades de examinar o objeto contratado, verificando se as especificações obedecem aos critérios previstos no edital, bem como aos prazos estabelecidos e demais obrigações previstas no contrato.

17.2 - Ao Integrante Administrativo (Gestor do contrato), caberá a responsabilidade pela comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA, a assinatura de documentos e tomada de decisões gerenciais relativas à execução do contrato.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Defensoria Pública do Distrito Federal.

Cláusula Décima Nona - Das Disposições Gerais

Aplica-se a Lei nº 10.520/2002 à execução do contrato e especialmente aos casos omissos.

Cláusula Vigésima - Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pela Defensoria Pública do Distrito Federal:

Pela Contratada:

Testemunhas:



Documento assinado eletronicamente por **CINTHIA MARIA SANTOS DOMINGUES DE OLIVEIRA - Matr.0175430-0, Diretor(a) de Licitação**, em 03/07/2019, às 14:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=24689341)
verificador= **24689341** código CRC= **E9F159E1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45, 2º Andar, Sala 218 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4387

00401-00005902/2019-47

Doc. SEI/GDF 24689341